

# UTOPIA NO CHÃO DE FÁBRICA: ENSAIO SOBRE A FABRICAÇÃO DE UM MODO DE PRODUÇÃO

## UTOPIA ON THE FACTORY FLOOR: ESSAY ON THE MAKING OF A MODE OF PRODUCTION

João Diogo Urias dos Santos Filho<sup>1</sup>

### RESUMO

Os pressupostos estruturais de funcionamento do sistema social capitalista são a causa de grandes males humanos. A primeira hipótese que este artigo apresenta é que o surgimento e consolidação do modo de produção capitalista foi resultado de um percurso histórico de duas fases centenárias: na primeira, que durou cerca de 150 anos, os movimentos foram eminentemente no nível microeconômico e, na segunda, que durou cerca de 300 anos, agregaram-se movimentos em níveis mais amplos. A segunda hipótese é que o modo de produção comunista só surgirá e se consolidará, também, a partir de um percurso histórico semelhante: primeiro, a criação e estabilização de um modelo de trabalho comunista e, depois, a criação e consolidação dos pressupostos estruturais de funcionamento desse sistema social. Há motivos para crer, observando o desenvolvimento do fenômeno da recuperação de empresas por trabalhadores, que estamos presenciando os primeiros rudimentos do início desse percurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modo de produção; Arranjos estruturais; Teoria da transição; Empresas recuperadas por trabalhadores.

### ABSTRACT

The structural assumptions of the functioning of the capitalist social system are the cause of great human ills. The first hypothesis that this article presents is that the emer-

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito do Trabalho pela USP. Professor de Direito do Trabalho na Pós-Graduação Lato Sensu em Direito e Processo do Trabalho da UNITAU. Contato: joaourias.equilibrio@gmail.com

gence and consolidation of the capitalist mode of production was the result of a historical course of two centenary phases: in the first, which lasted about 150 years, the movements were eminently at the microeconomic level and in the second, which lasted for about 300 years, movements were added at broader levels. The second hypothesis is that the communist mode of production will only emerge and consolidate itself from a similar historical trajectory: first, the creation and stabilization of a communist model of labor and then the creation and consolidation of structural operating assumptions of this social system. There is reason to believe, observing the development of the phenomenon of the recovery of companies by workers, that we are witnessing the first rudiments of the beginning of this route.

**KEY-WORDS:** Mode of production; Structural arrangements; Transition theory; Companies recovered by workers.

---

## **1 FABRICAR OUTRO MODO DE PRODUÇÃO: UMA QUESTÃO DE HUMANIDADE**

Dos ideólogos capitalistas já ouvimos muitas promessas. Seu modo de fazer funcionar o mundo teria a virtude de nos proporcionar felicidade, paz, justiça, liberdade, fraternidade. O discurso é belo, e não é difícil encontrá-lo em nossas cartas de direitos. Nossa Constituição, por exemplo, oficializa o mercado capitalista em seu artigo 170, e ao mesmo tempo nos diz, há quase 30 anos, que são objetivos de nossa República construir uma "sociedade livre, justa e solidária" (artigo 3º da CF/88). A Declaração de Independência estadunidense, na mesma linha, proclama que é direito de toda pessoa a "vida, a liberdade e a busca pela felicidade".

Mas a realidade das sociedades capitalistas revela a verdade sobre esse discurso.

O sistema produtivo escondido sob essas palavras é, de fato, uma imensa máquina de produzir tristeza. A vida humana ganha sentido pelo trabalho, mas o trabalho típico a que tem acesso a classe trabalhadora no capitalismo, o trabalho assalariado e

subordinado, é sinônimo de obediência calada, de frustração intelectual, medo e humilhação. Uma vida humana feliz depende de um acesso satisfatório a bens materiais, mas, no capitalismo, pelo menos dois terços da população trabalhadora não chega a ter o mínimo de renda que permita uma vida digna<sup>2</sup>. Todo ser humano só se realiza integralmente se desenvolve o potencial mental que lhe é inerente, mas, no capitalismo, mais da metade da população do mundo não tem acesso sequer a um desenvolvimento intelectual básico<sup>3</sup> e é condenada a ter uma compreensão sub-humana da vida social. O problema é que, ao mesmo tempo, esses trabalhadores oprimidos, frustrados, humilhados, empobrecidos e animalizados sustentam, com seu trabalho (ou com seu não-trabalho), a opulência dos pouquíssimos exploradores ricos, detentores das riquezas geradas pela atividade humana no mundo.

Acredito, como muitos, que nós, a sociedade humana, podemos fazer melhor que isso.

Ocorre que essa triste condição de vida infligida pelo modo de produção do Século XVIII sempre levou pessoas a resistirem a ele, a contestá-lo e a procurar alternativas para superá-lo. E, após a derrocada das tentativas fracassadas do Século XX, que se centraram na tentativa de tomada do poder estatal – por golpe ou por eleições – a classe trabalhadora, que é a classe com o potencial de se levantar contra o sistema, inicia o presente Século XXI com os olhos voltados para a busca de novas alternativas de enfrentamento à barbárie.

A intenção deste trabalho é contribuir com esse enfrentamento, no plano teórico, por meio de duas hipóteses relacionadas ao problema de como superar esse sistema de vida atual. A primeira premissa de que partimos é que a vida humana em sociedade que desejamos, com felicidade, liberdade, paz e justiça para todos que merecem (ou seja, todos os seres humanos que estão sobre esta Terra), **não é possível** numa sociedade que funcione segundo o **modo de produção capitalista**. E a razão fundamental para isso é que

2 Tomando estatísticas brasileiras como exemplo (que se aproximam das estatísticas globais, considerando, evidentemente, o conjunto de todos os países, centrais e periféricos), temos que apenas 30% da população vive com uma renda que corresponderia ao mínimo que a Constituição diz ser direito de todos, as "necessidades vitais básicas como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social" (comparação de dados do IPEA (2014) e do DIEESE (2016)).

3 No "rico" sudeste brasileiro, entre as 63 milhões de pessoas em idade de trabalhar, nada menos que 40% (25 milhões) não têm ensino fundamental completo, e apenas 11% (7 milhões) têm diploma de ensino superior (IBGE, 2010).

os pressupostos estruturais de funcionamento do sistema social capitalista, pressupostos que são exigidos pelo modo específico de produzir do capitalismo no nível microeconômico – o modelo de trabalho capitalista – impossibilitam que a vida das pessoas seja melhor do que é. A segunda premissa é que o mundo que desejamos só é possível numa sociedade com um funcionamento profundamente diferente, que seja organizada segundo outro modo de produção, o **modo de produção comunista**. Que, para nós – é importantíssimo esclarecer, diante da gama diversificada de significações que essa palavra tomou ao longo dos últimos dois séculos – constitui, em síntese, um modo de produção no qual, a partir de um modelo de trabalho radicalmente diverso e ainda inexistente (coletivo, ativo e igualitário), se erijam outros pressupostos estruturais de funcionamento do sistema social, pressupostos nos quais o poder de condução da sociedade seja compartilhado por todos em equilíbrio.

Partindo dessas premissas, defenderemos as seguintes hipóteses, nascidas de uma confrontação de nossas pesquisas empreendidas sobre as obras de Marx (2011, 2013), Bernardo (1999, 2004, 2009), Singer (1998, 1999, 2008), Mantoux (2002), Deoux (1975), e Deane (1982).

O surgimento e consolidação do modo de produção capitalista foi resultado de um percurso histórico longo que teve **duas fases centenárias**: na primeira, que durou cerca de **150 anos**, os movimentos foram eminentemente no **nível microeconômico** e criou-se o modelo de trabalho capitalista, e, na segunda, que durou cerca de **300 anos**, agregaram-se movimentos em **níveis mais amplos (econômico, político, social)** e criaram-se os pressupostos estruturais de funcionamento do sistema social capitalista, incluído, aí, o Estado em sua forma atual. E os movimentos correspondentes a esse percurso se desenvolveram a partir de ações mais ou menos conscientes de determinados grupos humanos realizadas com a intencionalidade de criar novas estruturas.

A análise das razões que justificam essa hipótese em conjunto com os fatos históricos ocorridos desde a consolidação do modo de produção capitalista até os dias atuais nos leva a outra hipótese – essa, uma hipótese prospectiva, pois se volta para o futuro. O **modo de produção comunista** só surgirá e se consolidará, também, a partir de um **percurso histórico semelhante**: primeiro, a criação e estabilização, no nível microeconômico

mico, de um **modelo de trabalho comunista** (que demandará um tempo histórico próprio) e, depois, a criação e consolidação, em níveis mais amplos (econômico, político, social), dos **pressupostos estruturais** de funcionamento desse sistema social (que também demandará seu tempo histórico). E, da mesma maneira, esse percurso só se desenvolverá a partir de movimentos mais ou menos conscientes de determinados grupos humanos realizados com a intencionalidade de criar novas estruturas.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados atuais de nossas pesquisas que justificam a elaboração dessas duas hipóteses.

A nova sociedade, libertária, igualitária, feliz, humana, a sociedade na qual todas as pessoas vivas poderão desfrutar integralmente do potencial criador que nos é inerente, deve ser por nós construída. É uma questão de humanidade. Descobrir como criá-la é o problema mais pungente que o Século XXI nos coloca.

## **2 BASE MATERIAL MICRO, ESTRUTURA SOCIAL MACRO: UMA HIPÓTESE HISTÓRICA**

Se muita coisa mudou na sociedade capitalista desde sua consolidação no século XVIII, há algo que permaneceu imutável. No interior de cada unidade produtiva funciona uma cisão fundamental que divide a totalidade dos membros da empresa em duas atribuições básicas: no topo, projeção e gestão do processo integral; na base, operação de tarefas elementares.

A investigação acerca dos fatos e conexões históricas precedentes à consolidação dessa realidade nos leva a crer que seu surgimento e solidificação foi resultado de um longo percurso histórico que teve duas fases, que durou aproximadamente 450 anos, iniciado em meados do século XIV e terminado em no final do século XVIII. Aproximadamente, portanto, entre os anos 1350 e 1800.

### **2.1 O PROBLEMA DA COOPERAÇÃO NO SÉCULO XIV E A CRIAÇÃO DE UM NOVO MODELO DE TRABALHO**

O começo desse processo histórico se dá com as primeiras manifestações, inicialmente instáveis e esparsas, de criação de uma forma de produzir coisas até então inédita: o modelo de trabalho capitalista.

Como seres imersos no modo de vida capitalista, podemos ser levados a pensar que a forma de trabalho que seguimos em nosso cotidiano é, simplesmente, a "natural". No entanto, essa forma de organizar o trabalho não surgiu da natureza. Como Marx anotou nos Grundrisse:

[...] é extremamente absurdo quando, p. ex., J. S. Mill diz [...]: "As leis e condições da produção da riqueza compartilham o caráter das verdades físicas. [...] Não é assim com a distribuição da riqueza. Esta é exclusivamente uma questão da instituição humana" [...]. As "leis e condições" da produção da riqueza e as leis da "distribuição da riqueza" são as mesmas leis sob formas diferentes, e ambas mudam, passam pelo mesmo processo histórico; são tão somente momentos de um processo histórico (2011, p. 706-7).

#### Isso porque

A ausência de propriedade do trabalhador e a propriedade do trabalho objetivado sobre o trabalho vivo, ou a apropriação do trabalho alheio pelo capital – as duas coisas expressando a mesma relação, só que em dois polos opostos –, são condições fundamentais do modo de produção burguês, e de modo nenhum contingências que lhe são indiferentes. (2011, p. 706).

A organização do trabalho na unidade produtiva à maneira capitalista, de fato, é uma opção técnica de organização que foi inventada. Os primeiros passos de sua criação deram-se em terras europeias, na segunda metade do século XIV, os anos finais da Baixa Idade Média, a partir das mãos e mentes dos primeiros burgueses.

Até esse momento histórico europeu, a quase totalidade (pelo menos 90%) da então classe subalterna – a plebe feudal – vivia no campo (SINGMAN, 1999, p. 171) e se sustentava a partir do próprio trabalho rural – agricultura, pecuária ou extração – ou artesanal. A expansão comercial que caracterizou esse período e os anos seguintes, entretanto, fez surgirem os comerciantes que ficaram conhecidos como burgueses. Durante esses séculos, cada vez mais burgueses tinham a possibilidade de viver – e, às vezes, enriquecer – a partir de atividades comerciais (RIOUX, 1975, p. 13-18). E, com o tempo e o crescimento dessas atividades, eles passaram também a se dedicar não apenas a comercializar, mas, também, a produzir mercadorias de uma maneira até então inédita: a

manufatura (MANTOUX, 2002, p. 12-19) (MARX, 2013, p. 411-44).

A partir de por volta do ano de 1350 (MANTOUX, 2002, p. 10) (MARX, 2013, p. 787), atividades empresariais burguesas de grande porte de comércio ou produção manufatureira passaram a ser comuns. É certo, entretanto, que, para realizar grandes empreendimentos, o burguês necessitava de outros braços e mentes além de seus próprios. Esses empreendimentos demandavam um número significativo de pessoas agindo em cooperação com o fim de realizar a atividade econômica.

A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar (ou, se se preferir, no mesmo campo de trabalho), para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, tal é histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista. [...] Inicialmente, portanto, a diferença é meramente quantitativa. (MARX, 2013, p. 397).

Aqueles primeiros empresários, portanto, precisavam de outras pessoas, e podemos dizer que, em tese (e apenas em tese), essa demanda poderia ter sido solucionada de diversas formas. Em tese, por exemplo, o empreendedor poderia convidar outras pessoas para se lançarem à atividade com ele em igualdade, de modo que eles criassem, juntos, formas de organização para repartir equilibradamente as responsabilidades e, assim, dividir igualmente os frutos<sup>4</sup>.

No entanto, a solução que se consolidou ao problema do trabalho em cooperação foi outra. Teve características que não existiam no modo de produção feudal. Entre os anos 500 e 1500, o camponês feudal, apesar de estar, em geral, sob regime de servidão e ter seu trabalho explorado pela nobreza e pelo clero, trabalhava com sua família e geria globalmente o processo de trabalho em que estava inserido – a produção agrícola, pecuária, extrativista ou artesanal – e, por isso, tinha certa autonomia e detinha a propriedade da terra em que trabalhava e das ferramentas com que trabalhava (MANTOUX, 2002, p. 13) (MARX, 2013, p. 788).

O modelo de exploração mudou com o agrupamento de maior número de pessoas na mesma atividade sob direção do burguês. Nele, esse último não convidou outras

---

<sup>4</sup> Esse é, saliente-se, um mero exercício de pensamento, para ilustrar a afirmação de que esse modelo consiste numa opção técnica histórica e, não, numa contingência natural ou divina. Apesar de, muito provavelmente, ter ocorrido que muitas formas diferentes de organização do trabalho tenham sido experimentadas durante esse período, não acreditamos que as condições da época permitiriam a criação completa de um modelo igualitário.

peças para trabalharem em igualdade, mas buscou e contratou pessoas da classe subalterna e com poucas alternativas de sobrevivência para trabalharem de forma subordinada, contra o pagamento de uma quantia determinada (o salário), de modo que ele continuasse com o monopólio do controle global sobre a atividade.

Como não seria desejável para o burguês que esse monopólio se abalasse, ele analisou o conjunto das atribuições necessárias para o funcionamento da atividade e as fragmentou segundo a exigência de nível intelectual e proximidade com o controle do processo global. Assim, numa atividade de comercialização de tecidos orientais, por exemplo, ele reservou para si os trabalhos de negociar com clientes e fornecedores, decidir o que comprar e como pagar, decidir que rotas comerciais seguir e que equipamentos usar, organizar as tarefas, fiscalizar sua execução etc.; e repassou aos contratados, por exemplo, os trabalhos de guiar os animais nas viagens, manejar as velas dos navios, transportar mensagens, carregar cargas, fazer a guarda, executar as limpezas, fazer a comida etc. Com isso, pôde atribuir aos contratados assalariados a simples execução de funções elementares, sob seu comando, numa relação não apenas de subordinação, mas, também, de dependência.

Esse é o projeto de organização do trabalho (ou divisão do trabalho) que culminou na criação do modo manufatureiro de produzir, que significou uma inovação com relação ao modo artesanal de produzir ao introduzir, sob o ponto de vista do burguês, "mais ordem e regularidade no trabalho" (NORTH *apud* MANTOUX, 2002, p. 15). Com o modo manufatureiro de produzir "já se desenvolve, no interior de todo estabelecimento, uma forte divisão do trabalho, que tem como resultado fazer com que o operário perca, irreversivelmente, seu conhecimento geral da técnica" (HELD *apud* MANTOUX, 2002, p. 18).

Feito assim, como o controle permaneceu nas mãos do burguês, era possível que, do total dos frutos da atividade comercial ou produtiva, ele ficasse com a maior parte, de modo que seus empregados ficassem apenas com o mínimo que era necessário pagar para que não abandonassem o patrão por outra fonte de renda. Ou seja: o controle e a dependência possibilitaram a ele **extrair mais-valia**.

Eis o protótipo de modelo de trabalho capitalista: **fragmentação, afastamento, dependência, dominação**. Uma invenção do século XIV. É a base organizacional do que,



depois, nas mãos de Arkwright e com a inclusão de uma máquina motriz, foi denominado como sistema fabril (*factory system*) (SINGER, 1998, p. 42). E, ao longo dos anos, se modificou com o taylorismo, depois o fordismo e, mais recentemente, com o toyotismo e a reestruturação produtiva flexível, mas sempre mantendo aquelas bases fundamentais.

Essa criação técnica – que também pode ser encarada, pelo ponto de vista da classe trabalhadora, como a criação do trabalho assalariado e alienado (ou estranhado), no sentido, dado à palavra por Marx, de afastado do controle dos meios de produção –, evidentemente, não aconteceu de modo pontual. Foi, ao contrário, fruto de desenvolvimento gradativo e lento ocorrido aproximadamente a partir do ano de 1350, em atividades comerciais e de produção de mercadorias ao modo manufatureiro; desenvolvimento que acompanhou a consolidação da classe burguesa e, ao mesmo tempo em que a impulsionou, foi impulsionado por ela, num movimento histórico dialético.

É possível dizer que essa primeira fase, que culmina numa estabilização inicial da criação do **modelo de trabalho capitalista**, se encerrou no final do Século XV – tendo durado, portanto, aproximadamente 150 anos. Essa constatação parte da seguinte verificação: a partir do Século XVI, percebe-se o surgimento de um movimento histórico novo importantíssimo que demonstra que esse novo modelo produtivo estava funcionando a ponto de elevar o poder de seus dirigentes a outro nível: trata-se das ações de organização da sociedade e do Estado que passaram a ser empreendidas por grupos de empresários burgueses. Os capitalistas passaram a agir como classe e, com isso, iniciaram uma nova etapa da história.

## **2.2 A RESISTÊNCIA DOS SUBALTERNOS: O PROBLEMA DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO ASSALARIADO**

Terminado o Século XV, estavam à frente dos novos empresários capitalistas, ao mesmo tempo, uma solução e um problema. Eles já tinham seu promissor novo modelo de trabalho, agora relativamente estável. Tinham segurança para colocá-lo em prática, reproduzi-lo, estudá-lo, desenvolvê-lo. No entanto, suas próprias características traziam problemas que não poderiam ser resolvidos no interior das estruturas sociais e políticas

então existentes.

Acontece que esse novo modelo, se era satisfatório para o burguês dirigente, estava longe de sê-lo para quem estava do outro lado do esquema produtivo: o trabalhador assalariado. O burguês oferecia a ele um trabalho era fragmentado, controlado, dependente e dominado. Como vislumbrou Marx, "a divisão manufatureira do trabalho supõe a autoridade incondicional do capitalista sobre homens que constituem meras engrenagens de um mecanismo total que a ele pertence" (MARX, 2013, p. 430). E

a manufatura o revoluciona [o modelo de trabalho dos indivíduos] desde seus fundamentos e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador, converte-o numa aberração, promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas [...]. Não só os trabalhos parciais específicos são distribuídos entre os diversos indivíduos, como o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial [...]" (MARX, 2013, p. 434).

Acreditamos que seja possível dizer que, nesse gérmen histórico, foi criado o primeiro dos grandes problemas que assolam a classe trabalhadora no capitalismo: a **angústia**. Angústia gerada pelo fato de se viver a partir de um trabalho sem sentido, desestimulante, pois que é apenas o fragmento de um processo maior sobre o qual não se tem controle algum. No século XIV como no século XXI, o cérebro humano tem a potencialidade de pensar e criar e, por isso, não se satisfaz com um cotidiano que se encerra em obedecer ordens sobre as quais não se é autorizado a pensar. O peso dessa insatisfação, suportado todos os dias e durante toda a vida, esse eterno nó na garganta, é o primeiro dos grandes males que o capitalismo impõe aos membros da classe trabalhadora. É essa característica do trabalho assalariado que explica que, após algum tempo, já no Século XIX, surgiram os grandes movimentos de insubordinação, resistência e contestação por parte da classe trabalhadora. O ímpeto de destruir as máquinas do luddismo, as greves e a contestação racional e organizada com o objetivo de barganha do movimento sindical, e o anseio de controlar o processo produtivo que motivou as primeiras iniciativas cooperativistas.

No entanto, a questão que nos importa aqui é que esse novo trabalho alienado não era em nada estimulante. E, portanto, o trabalhador, mesmo contratado para fazê-lo, simplesmente (como faria qualquer pessoa) não o executava; ao menos, não como so-

nhava o capitalista. Por isso, estava aí também um problema para o nascente capitalista. Ora, se o trabalho gera insatisfação, como ele conseguiria funcionários que aceitassem trabalhar para ele? E mais: se conseguisse alguns, como os obrigaria a deixar a insatisfação de lado e se dedicar ao labor, com disciplina e afinco, de modo que a atividade lhe rendesse frutos?

É certo que os primeiros burgueses se aproveitaram de algumas condições características do período histórico anterior – entre elas, a insatisfação também gerada pelo trabalho camponês na condição de servidão, o crescimento populacional relativo derivado da evolução das técnicas agrícolas e os monopólios de mercado, exercidos pelas corporações de ofício (SINGER, 1998, p. 28) – para ter um êxito inicial nessa arrematamento. Em decorrência dessas condições, entre os séculos XIV e XV, os burgueses acabavam por conseguir reunir alguns funcionários entre o número limitado de pessoas que viviam na cidade e viam o assalariamento como alternativa viável de sobrevivência. No entanto, elas não eram, em absoluto, suficientes para garantir o padrão de lucratividade e crescimento que a classe burguesa almejava para se desenvolver e se consolidar como classe dominante. E então chegamos, aqui, a um segundo momento histórico importantíssimo.

Os contos fantásticos do capitalismo desenhavam o burguês de sucesso como um homem invejável. Trabalhador, ético, perseverante, equilibrado. É aquele homem imaginário que vemos dirigindo automóveis de luxo na publicidade da televisão. A explicação para o surgimento do capitalismo, então, seria que “numa época remota havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais” (MARX, 2013, p. 785). A verdade, entretanto, é que, nos anos que se seguiram entre os séculos XVI e XVIII, anos nefastos da história humana, os burgueses, agindo pela primeira vez como classe organizadora da sociedade, criaram essas condições à força, não apenas contra a vontade da classe subalterna, mas à custa de seu sangue e suor. É o processo histórico que Marx chamou de acumulação primitiva, uma história que “está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (2013, p. 787).

Ocorreu que nas primeiras décadas do assalariamento, entre 1350 e 1500, os

burgueses não conseguiram arrancar boas taxas de lucro do trabalho de seus funcionários. Circunstância que, com certeza, os frustrou. Isso aconteceu porque a população que estava disposta a viver do assalariamento era pequena e não estava submetida a grandes pressões que as obrigassem a aceitar trabalhos em condições de subordinação muito penosas ou por remunerações muito baixas.

A classe dos assalariados, surgida na segunda metade do século XIV, constituía nessa época, e também no século seguinte, apenas uma parte muito pequena da população, cuja posição era fortemente protegida, no campo, pela economia camponesa independente e, na cidade, pela organização corporativa. No campo e na cidade, mestres e trabalhadores estavam socialmente próximos. A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda um caráter especificamente capitalista. O elemento variável do capital preponderava consideravelmente sobre o constante. Por isso, a demanda de trabalho assalariado crescia rapidamente com a acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado a seguia apenas lentamente. Grande parte do produto nacional, mais tarde convertida em fundo de acumulação do capital, ainda integrava, nessa época, o fundo de consumo do trabalhador. (MARX, 2013, p. 809).

Assim, em primeiro lugar, para os burgueses não era fácil, naquele momento, encontrar pessoas que estavam em condição tal de falta de alternativas a ponto de aceitarem o trabalho desestimulante que os primeiros desejavam lhes oferecer. Pelas mesmas razões, quando conseguiam o número de funcionários de que precisavam, os burgueses não tinham meios de pressioná-los para que eles, a despeito do caráter enfadonho das tarefas, as realizassem com a produtividade que o senhorio desejava. Por isso, “a queixa sobre a falta de disciplina dos trabalhadores atravessa então todo o período da manufatura” (MARX, 2013, p. 442). A classe trabalhadora não se submetia à disciplina de empresa projetada pelos burgueses. O peão não aceitava se submeter àquele desagradável modelo de trabalho porque nada o obrigava a isso. Resultava disso que, para garantir o funcionamento da atividade, os burgueses tinham de pagar salários muito maiores do que desejavam, com prejuízos para seus sonhos de enriquecimento.

Entre os anos 1350 e 1500 os burgueses solucionaram o problema da organização do trabalho no interior de suas unidades produtivas, criando o protótipo do modelo de trabalho capitalista. Agora, no início do século XVI, a classe capitalista enfrenta seu segundo grande problema histórico de organização produtiva, derivado da solução do primeiro: o problema de **como forçar a produtividade do trabalho assalariado**.

### 2.3 A SOCIEDADE NAS MÃOS DO CAPITAL I: A MISÉRIA COMO ESTRUTURA – CRIAÇÃO DO PRIMEIRO ARRANJO ESTRUTURAL DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A criação do modelo de trabalho capitalista já foi uma solução **política**, no sentido dado ao termo por João Bernardo: “o nível do político é o Estado entendido como aparelho de poder das classes dominantes. Sob o ponto de vista dos trabalhadores, esse aparelho inclui as empresas” (2009, p. 217). Ou seja, foi uma solução de organização de relações sociais, ainda que estritamente no interior das unidades produtivas.

No entanto, as soluções para o segundo problema serão políticas num âmbito muito mais amplo. Seu resultado será a criação de dois **arranjos estruturais amplos**, configurações específicas presentes na raiz da sociedade e de seus processos, que se consolidarão como grandes **pilares de funcionamento do modo de produção capitalista**.

Ouvimos de ideólogos capitalistas que um dos grandes fundamentos de seu sistema seria a liberdade. Seria ela a responsável, por exemplo, por levar os membros da classe trabalhadora a buscarem serviço no mercado de trabalho. Um olhar histórico, entretanto, é capaz de revelar a realidade. Revelar o quanto as pessoas – em especial, os membros da classe trabalhadora – vivem numa incrível prisão invisível.

Os burgueses já tinham, no início do século XVI, uma organização classista inicial e, a partir dela, já detinham considerável poder de influência sobre as instituições políticas oficiais. Os fatos históricos indicam que, tendo ciência desse poder, ao refletirem sobre o problema que se lhes deparava – como forçar a produtividade do trabalho assalariado? – aqueles empresários, ávidos por transformarem seus sonhos de lucros ineditamente exorbitantes em realidade, experimentaram duas ideias de solução: o açoite e a fome.

E, assim, a partir de 1530, a classe capitalista teve êxito em editar, pelas mãos dos monarcas, leis “antivadiagem”, que nada mais eram que leis que obrigavam adultos saudáveis a produzirem no padrão capitalista, sob pena de castigos corporais. Uma

lei de 1530 de Henrique VIII previa “açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos”, que “devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem”. Seis anos depois, os capitalistas ingleses tendo percebido que os resultados obtidos estavam aquém do esperado, a lei foi reforçada, prevendo que “em caso de segunda prisão por vagabundagem, o indivíduo deverá ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada, na terceira reincidência, porém, o réu deve ser executado como grave criminoso e inimigo da comunidade” (MARX, 2013, p. 806). Diversas outras leis com teor semelhante foram editadas nas décadas seguintes, não apenas na Inglaterra, mas em toda a Europa, ameaçando os pobres com escravidão perpétua, marcação de símbolos na testa a ferro em brasa, trabalhos forçados, prisão, execução etc. (MARX, 2013, p. 806-8). Eis uma das primeiras soluções experimentadas pelos empresários capitalistas para o problema da produtividade<sup>5</sup>.

Ao mesmo tempo, entretanto, outra solução mais elaborada e, sob o ponto de vista do capital, eficiente, foi levada a cabo. Essa foi a que se consolidou como o principal mecanismo de produtividade do modo de produção capitalista. Sua parte vital, seu coração pulsante, do início até hoje.

Não deve ter demorado para alguns burgueses perceberem que as leis de açoite nunca seriam uma solução suficiente. E, de fato, elas não o foram. A ação estatal opera, sempre, de modo burocrático e lento e, por isso, não tem capacidade para intervir com a agilidade e proximidade requeridas pelo dinâmico cotidiano dos processos produtivos (nem em favor dos capitalistas, nem em favor dos trabalhadores). Além disso, como os capitalistas da atualidade sabem bem, a violência generalizada e a ditadura política não são o caminho mais eficiente para angariar bons lucros, devendo ser usadas apenas como último recurso (BERNARDO, 2009, p. 132-134).

Os capitalistas precisavam de um “esquema de estímulos” muito mais profundo e vigoroso. Então, pelo que os fatos indicam, imaginaram, nesse momento, que a única

---

5 Durante o século XX, os arautos do capitalismo ocidental denunciavam, em altas vozes, as técnicas terroristas utilizadas por Stálin na Rússia para forçar os trabalhadores dos países do bloco soviético a trabalharem com taxas altas de produtividade. Mas se esqueciam (convenientemente) de mencionar que o uso do terror de Estado foi a primeira ideia de mecanismo de pressão por produtividade levada a cabo por seus comparsas do século XVI. É interessante, inclusive, verificar que uma dessas leis da burguesia incipiente, editada em 1572 pela Rainha Elizabeth, usou a mesma justificativa que a administração estalinista para punir e matar “vagabundos”: eles seriam “traidores do Estado”.

forma de submeter os membros da classe subalterna ao seu desagradável modelo de trabalho seria retirar-lhes todas as outras alternativas de sobrevivência. E isso, à época, significa duas coisas: remover a possibilidade de sobreviver do próprio trabalho rural (como ainda sobrevivia a maior parte das pessoas); e, ao lado disso, conseguir uma maneira de ter sempre disponíveis no mercado um número muito maior de desempregados (pessoas procurando trabalho assalariado) do que o número de vagas demandadas pelos empresários em conjunto.

Esses burgueses de vanguarda projetaram, então, a criação da **miséria**. Mirando os fatos, vemos que eles não hesitaram em constatar que sua riqueza como empresários burgueses e o desenvolvimento de seu modo de produção só poderiam prosperar à custa da condição de desespero material de grande parte da população. Muitos escritos da época demonstram a existência desse plano na mente dos empresários. Marx, no *Capital*, citou, por exemplo, o pequeno-burguês Jonh Bellers, que, no final do século XVII, em 1696, ponderou:

Se alguém dispusesse de 100 mil acres de terra e de igual número de libras em dinheiro e em gado, o que seria desse homem rico sem o trabalhador, senão ele mesmo um trabalhador? E porque os trabalhadores tornam os homens ricos, segue-se que quanto mais trabalhadores houver, tanto mais ricos haverá. [...] O trabalho dos pobres é a mina dos ricos (apud MARX, 2013, p. 691).

Outra defesa expressa desse plano infame é a do economista político Bernard de Mandeville, no começo do século XVIII:

Onde quer que a propriedade esteja suficientemente protegida, seria mais fácil viver sem dinheiro do que sem pobres, pois [do contrário] quem faria o trabalho? [...] Assim como se deve cuidar para que os trabalhadores não morram de fome, também não se lhes deve dar nada que valha a pena ser poupado. [...] é do interesse de todas as nações ricas que a maior parte dos pobres jamais esteja inativa e, no entanto, gaste continuamente o que ganha. [...] Os que ganham a vida com seu trabalho diário [...] não têm nada que os estimule a serem serviçais senão suas necessidades, o que é prudente mitigar, mas insensato curar. A única coisa que pode tornar diligente o homem trabalhador é um salário moderado. Um pequeno demais o torna, a depender de seu temperamento, desanimado ou desesperançado; um grande demais o torna insolente e preguiçoso. [...] Do que expusemos até aqui segue que, numa nação livre, em que escravos não sejam permitidos, a riqueza mais segura está numa multidão de pobres laboriosos. (apud MARX, 2013, p. 691).

Com isso, os engenhosos capitalistas dessa época, visionários do futuro, ima-

ginaram que o que então era ordinário – viver autonomamente a partir da colheita das próprias plantações – poderia transformar-se, pela força, em extraordinário.

A ideia, então, foi posta em prática. Aproveitando-se da revolução das técnicas agrícolas, que permitiram a alimentação do mesmo contingente populacional pelo trabalho de um número muito menor de pessoas – revolução que também foi influenciada e conduzida pela classe capitalista, com esse fim –, os burgueses usaram seu poder político para expulsar todos os membros da classe subalterna do campo e sacar-lhes as ferramentas de trabalho que tinham, obrigando-os a procurar meios de vida na cidade. Os direitos de propriedade, sagrados nos discursos dos burgueses, foram por eles mesmos ignorados nesse processo. No início do século XVI, na Inglaterra, senhores feudais, na voracidade por ingressar no mercado como capitalistas rurais, demoliram habitações de camponeses para criar ovelhas nos espaços em que esses últimos plantavam seu alimento. Também no século XVI, com o aval moral da Reforma Protestante, os burgueses ingleses tomaram para si, sem contraprestações, os bens da Igreja Católica, lançando os muitos moradores de monastérios ao proletariado urbano. Em 1689, o golpe de Estado que ficou conhecido como “Revolução Gloriosa” conduziu ao poder Guilherme III de Orange que, em favor da classe capitalista, praticou em escala colossal o roubo de domínios estatais onde viviam e trabalhavam camponeses. O processo continuou, com muitas outras manobras que alocaram os pobres do campo para a cidade (MARX, 2013, p. 790-804).

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (MARX, 2013, p. 804).

Assim,

um movimento irreversível é produzido após 1750 no mundo. (...) os trabalhadores rurais progressivamente libertos da servidão fornecem a mão de obra potencial para a indústria: é que a terra tornou-se uma mercadoria, possuída com plena liberdade, pelos mais ricos que eliminam os mais pobres (RIOUX, 1975, p. 31).

De modo que, no século XVIII, já havia, na Inglaterra, um proletariado, “isto é, uma



massa da classe trabalhadora destituída de propriedade, a qual dependia, para a sobrevivência, de emprego proporcionado por um grupo capitalista ou proprietário" (DEANE, 1982, p. 28).

Todos esses atos, portanto, constituíram parte do plano de dominação da classe capitalista. E essa parte do plano teve um sucesso extraordinário: se, em 1700, apenas 1,9% dos europeus viviam em cidades de mais de 100 mil habitantes, 100 anos depois, na Inglaterra e no País de Gales, essa proporção subiu para 10%; em 1840, para 20%; e em 1900, para 40% (DAVIS, 2011, p. 24).

O problema da improdutividade do trabalho assalariado em razão da insubordinação apareceu e os empresários não hesitaram em tomar as medidas que fossem necessárias para solucioná-lo, ignorando qualquer critério humanitário no que se referia à classe trabalhadora. Townsend, em 1786, defendeu essas medidas. E a leitura de suas palavras deixa claro que ele as trata como plano consciente de ação da burguesia, defendendo-o como mais eficiente e "natural" em comparação com o açoite:

A coação legal para trabalhar está acompanhada de muitos transtornos, violência e gritaria [...], ao mesmo tempo que a fome não só constitui uma pressão mais pacífica, silenciosa e incessante, como também é o motivo mais natural para a indústria e o trabalho, provocando os esforços mais intensos (TOWNSEND apud MARX, 2013, p. 722).

Chegado o final do século XVIII, portanto, a classe capitalista havia criado o que Marx, em uma de suas conclusões mais geniais, chamou depois de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (2013, p. 689-784); fenômeno que, a nosso ver, é menos uma consequência espontânea da acumulação capitalista (apesar de também o sê-lo) e mais o produto da ação política da classe empresarial<sup>6</sup>. Trata-se do incrível

---

<sup>6</sup> Isso explicaria, por exemplo, porque a superpopulação relativa se manteve plenamente por todo o desenvolvimento histórico desde então e, mesmo, dentro de certos limites proporcionais aproximadamente iguais. Se "essa superpopulação se converte [...] em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista" (MARX, 2013, p. 707), então é certo que a classe capitalista, que detém o poder de condução do processo social em suas mãos, não confiaria a manutenção de tal condição social a qualquer contingência incontrolável. O número de trabalhadores na reserva para cada nível e tipo de atividade não pode ser nem tão pequeno nem tão grande, e os capitalistas administram essa proporção por meio de inúmeros mecanismos, como a redução da jornada de trabalho legalmente permitida ou a abertura à imigração. Afirmar que a classe capitalista detém o poder de condução do processo social não significa negar a existência da luta de classes e do imenso movimento de resistência da classe trabalhadora. No entanto, é certo que, na história, o capital, justamente por deter o controle do processo produtivo (poder que, a nosso ver, ainda não foi seriamente ameaçado), acabou, sempre, conseguindo impor seu controle, principalmente no trato das questões mais fundamentais.

mecanismo de produtividade, fundamental do modo de produção capitalista, que subsistirá enquanto ele subsistir, cujo objetivo é garantir que todo empresário conseguirá, no momento em que desejar e no lugar em que planejar, preencher toda e qualquer vaga de mão de obra que queira, do gari ao gerente de produção, garantida a produtividade do contratado. Hoje, neste início de século XXI, ele corresponde a uma imensa pirâmide multinível de reserva de mão de obra, com configuração, profundidade e extensão muito mais complexas do que no século XVIII. Ele explica, por exemplo, porque, se um empresário, na data de hoje, perder um funcionário qualquer, não demorará mais do que poucos dias para preencher a vaga aberta. Esse mecanismo invisível tem uma grande força de conformação das relações entre as pessoas no capitalismo. É sua influência que faz, por exemplo, que aconteça que, quando um capitalista contrata um funcionário para um serviço extremamente desagradável e humilhante, e o trabalhador não desempenha suas atribuições com afinco, em vez de entender esse comportamento como esperado, o patrão fica irritado, reclama com seus compadres que “quem é pobre não aproveita as oportunidades” e, para o trabalhador, diz: “se você não quer trabalhar, tem quem queira”.

O capital, a classe empresarial organizada, havia, portanto, construído o primeiro **arranjo estrutural amplo** do modo de produção capitalista: a **superpopulação relativa**. Uma alocação geográfica de pessoas no espaço de dois movimentos: remove das pessoas da classe subalterna a possibilidade de sobrevivência a partir do próprio trabalho rural e, ao mesmo tempo, manipula a relação *quantidade de demanda de trabalho/quantidade de população necessitada de trabalhar* de modo a manter sempre disponíveis no mercado um número muito maior de desempregados (pessoas procurando trabalho assalariado) do que o número de vagas demandadas pelos empresários em conjunto. Configuração geográfica que implica que a base da pirâmide social sempre será composta de grande contingente de pobres que vivam uma situação de desespero material tal que sejam levados a disputar as vagas dos piores trabalhos existentes naquele território.

Um feito tremendo. Foi a primeira solução para o problema da produtividade do trabalho assalariado. A “coerção muda exercida pelas relações econômicas” que “sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (MARX, 2013, p. 808). Uma criação que muitos não acreditariam ter saído da mente de seres humanos.

## 2.4 A SOCIEDADE NAS MÃOS DO CAPITAL II: A IGNORÂNCIA COMO ARRANJO ESTRUTURAL

A solução para o problema da produtividade do trabalho alienado, entretanto, ainda não estava completa. Houve mais um grande arranjo de organização social para conformação forçada da classe dominada ao modo de produção capitalista e que também se tornou basilar.

A existência da superpopulação relativa era um motor fundamental, mas ainda não suficiente, para garantir que a maioria da população, a classe trabalhadora, se submetesse à produtividade do modelo de empresa capitalista. O problema latente que, ao que parece, foi então vislumbrado pelos burgueses, era de que havia algo que poderia levar o trabalhador à insubordinação e à indisciplina, mesmo com a ação submetizante da miséria: o esclarecimento intelectual.

Essa afirmação também pode ser feita a partir de escritos de ideólogos burgueses que viveram esse momento. O mesmo Bernard de Mandeville alertou os capitalistas sobre o perigoso obstáculo ao plano de dominação, no início do século XVIII:

Para fazer feliz a sociedade<sup>7</sup> e satisfazer ao povo mesmo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que a grande maioria permaneça tão ignorante quanto pobre. O conhecimento expande e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente se podem fazer suas necessidades. (apud MARX, 2013, p. 691-2).

E Garnier, economista e senador francês, após ler os argumentos “perigosos” de Adam Smith em favor de um ensino popular mínimo, incomodou-se e escreveu o que pensava sobre o tema em 1796:

Como todas as outras divisões do trabalho, aquela entre o trabalho manual e o intelectual torna-se mais evidente e resoluta à medida que a sociedade se torna mais rica<sup>8</sup>. Essa divisão do trabalho, como qualquer outra, é efeito de progressos passados e causa de progressos futuros. [...] Sendo assim, pode o governo contrariar essa divisão do trabalho e detê-la em seu curso natural? Pode ele utilizar

---

<sup>7</sup> Pelo termo “sociedade” o ideólogo da burguesia refere-se, evidentemente, apenas à classe burguesa.

<sup>8</sup> Como Mandeville, ele usa a palavra sociedade para se referir apenas à classe dominante. Ou, na explicação de Marx, “o capital, a propriedade da terra e o Estado que lhes corresponde” (2013, p. 436).

parte da receita pública para tentar confundir e misturar duas classes de trabalho que se esforçam por sua divisão e separação? (apud MARX, 2013, p. 436-7).

E o fato é que a questão do esclarecimento intelectual era um problema potencial real para o capital. E um problema que, com o passar do tempo e a chegada do século XIX, iria se tornar cada vez mais latente, com o surgir das sublevações operárias antimáquinas, do movimento sindical organizado e das ideias socialistas.

As palavras de Garnier indicam que o ímpeto inicial dos empresários era afastar a classe trabalhadora de qualquer instrução. Aparentemente, eles receavam que os pobres aprenderem qualquer bêa-a-ba poderia arruinar todo o plano de dominação. No entanto, os fatos históricos posteriores indicam que a classe rapidamente percebeu que deveria adotar caminho diverso: muito mais eficiente e mais proveitoso do que bloquear a instrução seria justamente organizarem eles próprios as instituições de instrução e expandi-las a toda a classe trabalhadora. Ou seja: criar um sistema educacional obrigatório e administrado pelo Estado. Não para garantir a ela o acesso ao pleno desenvolvimento das capacidades mentais, mas, pelo contrário, justamente para bloquear esse acesso e, ao mesmo tempo, divulgar os conhecimentos, ideologias e comportamentos adequados à classe subalterna, do ponto de vista do capital.

Se qualquer pessoa acredita que o sistema escolar montado para a classe trabalhadora no mundo capitalista tem a finalidade de desenvolver plenamente o potencial de seus alunos, ou mesmo de prepará-los para trabalhos complexos, de modo a poder competir no mercado no nível dos filhos dos empresários, é porque, em primeiro lugar, não sabe como ele realmente funciona e, em segundo lugar, nunca procurou conhecer o pensamento dos capitalistas que o planejaram. O próprio célebre teórico do capitalismo Adam Smith que, nos anos setecentos, defendeu uma educação pública, deixou claro que não se tratava disso:

(...) o Estado não deve então dar nenhuma atenção à educação do povo? Ou, se deve dar alguma educação, quais são as diferentes matérias de que se deve encarregar com respeito às diferentes classes de gente? (...) embora numa sociedade civilizada a gente comum não possa receber a mesma boa educação da gente de alguma posição e fortuna, mesmo assim é possível adquirir as partes mais essenciais da educação – ler, escrever e contar (...). Com um reduzidíssimo custo, o Estado pode facilitar, encorajar, pode mesmo impor ao conjunto inteiro do povo a necessidade de adquirir essas partes mais essenciais da educação. (...) Acon-

tece, porém, que não é pequeno o benefício que o Estado extrai de sua instrução. Tanto mais instruídas são essas pessoas, tanto menos ficam sujeitas às ilusões do entusiasmo e da superstição que, nas nações ignorantes, não raro provocam as mais terríveis desordens. Além disso, um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e estúpido. Nesse caso, cada homem se sente, individualmente, mais respeitável e com maior possibilidade de obter o respeito de seus legítimos superiores razão por que está mais propenso a respeitar esses superiores. Está mais propenso a questionar e a discernir as denúncias interessadas da facção e da sedição e, por isso, menos suscetível a se deixar seduzir por uma volúvel e desnecessária oposição às medidas do governo. (2003, p. 987-995).

Assim, seguindo esse caminho, a classe burguesa solucionaria dois problemas por meio de uma só ação. Por um lado, atrapalharia qualquer plano da classe trabalhadora de organizar instituições de ensino próprias (que visassem, realmente, o desenvolvimento das potencialidades mentais) e, por outro, teria um espaço privilegiado para conformar os filhos da classe dominada, já desde os primeiros anos de vida, de modo que eles chegassem ao final da juventude prontos para ingressarem nas empresas capitalistas como peças obedientes de uma grande engrenagem.

Assim é que, entre os séculos XVI e XIX, ocorreu uma revolução nas instituições escolares. Já no século XVI,

Com a instituição do colégio [...] terá início um processo de reorganização disciplinar da escola e de racionalização e controle do ensino, através da elaboração de métodos de ensino/educação – o mais célebre foi a *Ratio studiorum* dos jesuítas – que fixavam um programa minucioso de estudo e de comportamento, o qual tinha ao centro a disciplina, o internato e as “classes de idade”, além da graduação do ensino/aprendizagem. (CAMBI, 1999, p. 205).

Também nesse século, o reformista Martinho Lutero defendeu que os pais deveriam ser obrigados a enviar as crianças às instituições escolares (BITTAR, 2009, p. 42). E, mais tarde, em países sob a influência dos reformistas (Inglaterra e Alemanha), apareceram as primeiras escolas administradas pelo Estado, a partir de 1642 (BITTAR, 2009, p. 51). Durante o processo da Revolução Francesa, em 1791, Talleyrand apresentou à Constituinte um projeto escolar globalizante, que incluía a criação de uma instituição escolar universal, popular e gratuita (BITTAR, 2009, p. 68). E esse processo se efetivou em terras europeias, por fim, no século XIX, quando se instituiu um sistema completo de instrução de âmbito nacional, obrigatório e gratuito (BITTAR, 2009, p. 68).

Assim, a classe capitalista, em seu primeiro ato de organização do processo social que não se dirigiu diretamente ao trabalhador empregado, mas aos filhos da classe trabalhadora em geral (portanto, uma clara medida demonstrativa de seu poder de dominação do processo social global), finalmente deu a base da solução ao problema histórico da produtividade do trabalho alienado.

Acreditamos que seja possível afirmar que seu modelo escolar – que, neste século XXI, está espalhado por todo o globo terrestre – atingiu, indiscutivelmente, seus objetivos. Desde então e até hoje, as crianças que integram a porção da população que constitui a classe trabalhadora são obrigadas a passar por instituições escolares que lhes inserem os conhecimentos, comportamentos e ideologias adequados à classe subalterna, do ponto de vista do capital. De modo que, nos anos finais da juventude, o resultado são mentes preparadas para trabalhar com obediência e despreparadas para levantar questionamentos e realizar trabalhos complexos.

Foi criado, então, o segundo arranjo estrutural amplo do modo de produção capitalista, o **sistema escolar submetizante**. A estrutura educacional criada para a classe trabalhadora no capitalismo, administrada pelo Estado burguês e de frequência obrigatória, cuja função fundamental é submeter intelectualmente os seus membros da classe trabalhadora ao modelo de trabalho hostil do modo de produção capitalista.

## 2.5 SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA E SISTEMA ESCOLAR SUBMETIZANTE

Novamente, na história da fabricação do capitalismo, vemos que as soluções estruturais implantadas pelo capital terminaram por ser a fonte de grandes males que assolam a classe trabalhadora: a **miséria**, que é vivida diariamente por grande parte da população mundial e nunca cessará enquanto sobreviver esse modo de produção, porque atua como causa última que obriga todo trabalhador subordinado do planeta (diretamente ou em cadeia) a trabalhar num ritmo produtivo para um capitalista. E a **ignorância**: ignorância sobre o processo de trabalho em que se insere, ignorância sobre as origens de sua própria condição de vida, ignorância por desconhecimento das próprias raízes, da ciência, da arte, da literatura e do conhecimento acumulado pela humanidade.

Com certeza outros arranjos estruturais sociais também foram criados nesse processo – talvez as estruturas estatais burguesas e a própria estrutura de mercado capitalista, por exemplo, podem ser enquadradas aí. E, também, é certo que o capital, até hoje, nunca abandonou a tarefa, necessária para sua dominação, de criar novos arranjos estruturais e manter e desenvolver os já existentes. Mas, a nosso ver, esses dois arranjos – a superpopulação relativa e o sistema escolar submetizante – têm importância crucial e estão entre os pilares fundamentais do sistema, sem os quais ele não se sustentaria com toda sua predominância.

Acreditamos ser possível afirmar, então, que o processo de fabricação inicial do modo de produção capitalista, que se iniciou em meados do Século XIV, chegou ao fim neste momento, no final do século XVIII. Um longo e profundo processo, portanto, de aproximadamente 450 anos. Os fatos históricos que permitem afirmar que essa fabricação inicial chegou ao fim são, em primeiro lugar, o fato de que muitos desses arranjos típicos do novo modo de produção já estavam consolidados e implantados na sociedade e em seus processos e, em segundo lugar, as próprias revoluções políticas burguesas, que mostram justamente o êxito desses arranjos estruturais em sustentarem o poder político do capital.

### **3 BASE MATERIAL MICRO, ESTRUTURA SOCIAL MACRO: UMA HIPÓTESE HISTÓRICA PROSPECTIVA**

Eis, portanto, a elaboração histórica hipotética que defendemos: o surgimento e consolidação do modo de produção capitalista foi resultado de um percurso histórico longo que teve **duas fases centenárias**: na primeira, que durou cerca de **150 anos**, os movimentos foram eminentemente no **nível microeconômico** e criou-se o modelo de trabalho capitalista, e, na segunda, que durou cerca de 300 anos, agregaram-se movimentos em **níveis mais amplos (econômico, político e social)** e criaram-se os pressupostos estruturais de funcionamento do sistema social capitalista, incluído, aí, o Estado em sua forma atual. Os movimentos correspondentes a esse percurso podem ser qualificados como movimentos de **fabricação**, pois se desenvolveram a partir de ações mais ou menos conscientes de membros da classe capitalista realizadas com a intencionalidade de

criar novas estruturas. E, com relação às estruturas dos níveis mais amplos, tendo em vista que são fabricadas com alguma intencionalidade, podemos denominá-las como **arranjos estruturais**.

A análise das razões apresentadas no tópico anterior, que justificam essa hipótese, em conjunto com a análise dos fatos históricos ocorridos nos dois séculos de existência do modo de produção capitalista nos levam a crer em outra hipótese, que pode ser encarada como uma hipótese histórica prospectiva, pois se volta para o futuro. E, portanto, seu sentido de ser seria orientar teoricamente o plano de fabricação de outro modo de produção.

A hipótese – cuja elaboração, importa salientar, ainda precisa ser muito amadurecida – é de que **o modo de produção comunista** surgirá e se consolidará, também, a partir de um **percurso histórico semelhante**: primeiro, a criação e estabilização, no nível microeconômico, de um **modelo de trabalho comunista** (que também terá seu tempo histórico para acontecer) e, a partir dele, a criação e consolidação, em um nível mais amplo (econômico, político, social) dos **pressupostos estruturais** de funcionamento do novo sistema social, seus próprios **arranjos estruturais** (fase que também tomará seu tempo histórico). E, da mesma maneira, esse percurso só se desenvolverá a partir de movimentos mais ou menos conscientes de determinados grupos humanos – no caso, membros da classe trabalhadora que se proponham auto-organizar-se no nível do trabalho de forma coletiva, ativa e igualitária – realizados com a intencionalidade de criar novas estruturas.

A justificação dessa hipótese é, sem dúvidas, ainda mais complexa e delicada. Necessita de respostas a perguntas difíceis. Por exemplo: Porque o modelo de trabalho deve ser prévio, não é possível criá-lo após a criação das estruturas mais amplas? Como criar um modelo de trabalho comunista estando sobre as estruturas capitalistas? O que é o “modelo de trabalho comunista” e qual é a sua diferença com relação ao modelo capitalista? Quais serão os movimentos desse percurso histórico? Devemos alertar o leitor que, neste artigo, não apresentaremos nossas respostas para todas essas questões, primeiro, por razões óbvias de espaço e, segundo, porque o estágio atual de nossas pesquisas não nos permite fazê-lo com a profundidade necessária. O que pretendemos, aqui, é apenas



apresentar três razões iniciais que nos levam a defendê-la.

### **3.1 AS DUAS PRIMEIRAS RAZÕES: TEMPO, MOVIMENTO, E MATERIALISMO HISTÓRICO**

De início, importa mencionar que nossa elaboração foi construída principalmente a partir das obras de dois teóricos contemporâneos: em primeiro lugar, João Bernardo e, em segundo lugar, Paul Singer. Não coincide integralmente com as conclusões de nenhum dos dois (principalmente com relação ao último), mas parte delas em pontos fundamentais.

A primeira das razões é a de que o surgimento de um novo modo de produção será resultado de um processo que demandará tempo e cujo desenvolvimento dependerá de ações mais ou menos conscientes. Esse processo não acontecerá, na história, como num surto rápido, mas, pelo contrário, demandará um tempo histórico relativamente longo. Mais de cinco séculos se passaram entre o surgimento dos primeiros protótipos de empresa capitalista e a consolidação do seu respectivo modo de produção; não é possível saber se a fabricação do próximo modo de produção demorará mais, ou menos, ou mesmo muito mais, ou muito menos; mas é certo afirmar que ela demandará algum tempo. E esse processo não acontecerá espontaneamente; seu desenvolvimento dependerá da movimentação mais ou menos consciente e intencional de grupos de pessoas que coloquem a construção de estruturas novas como um objetivo. O modo de produção capitalista nunca teria surgido, se consolidado e se tornado o que é hoje se não fosse pela ação consciente da classe burguesa organizada executada com o objetivo de construir estruturas novas (desde os níveis micro aos níveis mais amplos). Não há razão para pensar que a passagem para o próximo modo de produção acontecerá sem intencionalidade. Na verdade, há motivos para acreditar que ela dependerá muito mais de planejamento consciente do que a fabricação do capitalismo.

A segunda razão é mais complexa e é composta de três enunciados que, segundo nosso entender, são corolários de uma interpretação materialista histórica dialética da realidade.

O primeiro enunciado é o seguinte: o funcionamento global da sociedade é con-

dicionado pelos processos e estruturas que se dão no nível da produção, os processos que a mantém materialmente viva. Esse é o sentido de identificar, como fez Marx, o sistema social global pela expressão “modo de produção”. As relações sociais básicas, que condicionam em última instância o conjunto total das relações sociais, são as relações sociais que se dão no nível da produção e do trabalho. Do mesmo modo, a base das estruturas sociais são as estruturas sociais do campo da produção e do trabalho. Isso não significa, de modo algum, afirmar que as relações e estruturas do campo produtivo não são afetadas pelas relações e estruturas dos demais níveis da sociedade (político, científico, artístico etc.). Elas se afetam umas às outras, num movimento dialético de determinações recíprocas. Mas significa afirmar que o processo produtivo é o motor e determinante último desse movimento.

O segundo enunciado diz que cada modo de produção tem um modelo de trabalho próprio, que é inerente ao modo de produção e a suas estruturas mais amplas. Ou seja, cada modo de produção, sistema social, é intrinsecamente relacionado com um modelo de organização produtiva que acontece em seu nível microeconômico. Há uma relação inerente entre as características dos processos e estruturas desse nível e as características dos processos e estruturas dos níveis mais amplos. Na verdade, parece ser possível afirmar que esses últimos existem para fazer os primeiros funcionarem. Por isso, os **princípios organizacionais** que fundam a organização no nível micro são os **mesmos** princípios organizacionais das **estruturas mais amplas**. Há uma relação de determinação que, em última instância, vai do micro ao macro.

A razão que faz com que o nível micro seja o determinante é que ele é o diretamente responsável pelos movimentos produtivos que dão energia à vida humana. São esses movimentos que produzem as coisas: os alimentos, roupas, móveis, casas, computadores, serviços etc. Assim, as estruturas mais amplas devem funcionar para permiti-los fluir e nunca podem funcionar de modo a travá-los, pois deles depende a vida humana existente. Travar os processos produtivos significa causar um caos que apenas pode levar a sociedade à barbárie, um contexto em que nada de novo e bom pode ser construído. Veja-se que uma das conclusões da análise histórica que apresentamos no tópico anterior é que os arranjos estruturais amplos cuja criação explicamos (a superpopulação relativa e o sistema escolar submetizante) foram implantados tão somente por exigência das

necessidades de funcionamento do modelo de trabalho especificamente capitalista que havia sido criado pelos burgueses. Há um dado da realidade facilmente verificável que é um exemplo interessante de como isso funciona. Sabemos que existem inúmeros enunciados nas legislações dos estados capitalistas que nunca saem do papel (por exemplo, o enunciado da Constituição brasileira de que o valor do salário mínimo deve ter valor suficiente para garantir uma vida digna). Apesar de eles serem lei – e, portanto, em tese, de realização obrigatória – eles nunca saem do papel. Porque? Na verdade, é impossível que eles se tornem realidade no capitalismo, é impossível que existam estruturas sociais amplas que os realizem, simplesmente porque tais estruturas bloqueariam o andamento do processo produtivo capitalista no nível microeconômico.

E, por fim, o terceiro enunciado: a transição para o modo de produção comunista, ou seja, a consolidação das suas estruturas mais amplas (econômicas, políticas, sociais), terá de ser motorizada por movimentos realizados no nível da produção, e o motor nuclear e base material desses movimentos serão organizações produtivas no nível microeconômico **já estruturadas segundo os princípios organizacionais do modelo de trabalho comunista**. Ou seja, esses movimentos da transição só poderão ser realizados por pessoas que estejam vivendo, já, no nível microeconômico (nível do trabalho), o modelo de trabalho comunista, ou um protótipo dele. Pessoas que vivam e se sustentem materialmente a partir de processos de trabalho comunistas. Processos cuja característica fundamental, a nosso ver, é o funcionamento coletivo, ativo e igualitário.

O modo de produção capitalista e suas estruturas amplas não poderia ter sido criado por nenhum dos grupos sociais típicos do modo de produção feudal: nem os nobres, nem o clero, nem os servos. Apenas os burgueses poderiam tê-lo criado. E isso porque eles já viviam em seu cotidiano, no nível microeconômico, no nível do trabalho, a base material – e as relações produtivas e sociais inerentes a ela – desse então novo modo de produção. Não apenas a viviam, como a dominavam.

Pensamos que não há como ser diferente para o modo de produção comunista. Não é possível que pessoas que vivam e se sustentem materialmente a partir dos processos de trabalhos capitalistas tenham condições de criar os arranjos estruturais comunistas.

Em primeiro lugar, porque essas pessoas vivem sob os princípios organizacionais da organização capitalista no nível micro, princípios que, como dissemos, fundam a organização das estruturas mais amplas. Por isso, ainda que, em tese, elas “queiram” criá-los, não terão a compreensão necessária para isso (em especial, saber como devem funcionar os processos produtivos que esses arranjos deverão fazer fluir). Faltarão a compreensão porque os processos materiais, o trabalho e a posição no mundo do trabalho, determinam o cotidiano de vida e, no fim, condicionam a mente humana.

Em segundo lugar porque, nessa condição, essas pessoas dependem do capital e ele as domina; de modo que, se imaginarmos que essas pessoas se lancem a tentar criar esses arranjos amplos, a resistência capitalista que, certamente, se levantará para conservar o sistema, eliminará esses subversivos frágeis sem dificuldades. A história da resistência ao capitalismo mostra isso. E os burgueses, no processo histórico que se deu entre os Séculos XVI e XVIII (a segunda fase do percurso de consolidação do capitalismo), só tiveram êxito em criar arranjos estruturais como o da superpopulação relativa porque estavam materialmente sustentados sobre suas empresas e, com isso, emancipados dos processos produtivos feudais.

Disso se extrai uma consideração importante: teorizar sobre como funcionará o modo de produção comunista e sobre o que deve ser feito para fabricá-lo pressupõe teorizar sobre como deverá ser, na prática, a organização do trabalho nas unidades produtivas que formarão sua base. Pois é a partir dessa **última todo o processo de transição** se movimentará.

O modelo de trabalho do capitalismo é fundado na **fragmentação** do processo produtivo em diversas tarefas feita para aumentar a produtividade, seguida do **afastamento** dos assalariados das atividades intelectuais ligadas ao controle do processo feito por meio de uma distribuição desigual dessas tarefas entre os participantes, de modo que os assalariados se tornem **dependentes** do empresário/gestor, e, assim, esse último **domine** o processo e os assalariados. Fragmentação, afastamento, dependência, dominação. Esse modelo tem uma relação intrínseca com o modo de produção capitalista; ele implica o capitalismo, é seu **núcleo fundamental**, a pedra de toque do sistema.

O modelo de trabalho comunista não pode ser esse. Como ele deve ser? Trata-se

de uma questão importantíssima que, a nosso ver, ainda não foi respondida na história humana. Na verdade, no papel, podemos apenas divagar sobre a resposta, pois **é certo que** ela só será respondida na prática. Mas, a nosso ver, o modelo de trabalho comunista deverá ser organizado segundo microprocessos cuja característica fundamental é o funcionamento coletivo, ativo e igualitário (no sentido dados a esses termos por João Bernardo (2009)); uma organização do trabalho (manual e intelectual) e da gestão (trabalho intelectual e de controle por excelência) que, em funcionamento, não crie desigualdade entre os produtores, mantendo-os, todos, no mesmo nível com relação a importância para e responsabilidade sobre o processo; gerando, portanto, uma igualdade inerente na produção, de modo que a igualdade não dependa de posterior redistribuição.

Esses são, portanto, os três enunciados que, juntos, são a segunda razão **que sustenta nossa hipótese prospectiva**. A sociedade comunista só pode existir a partir do modo de produção comunista. E o modo de produção comunista só pode existir a partir do modelo de trabalho comunista.

### **3.2 UM ADENDO BREVE: ENCONTROS E DESENCONTROS COM TRADIÇÕES MARXISTAS**

Antes de passar à terceira razão que nos levou à nossa hipótese, é imprescindível fazer um breve adendo. Sabemos que alguns pontos de nossa formulação contrariam teorias tradicionais marxistas muito prestigiadas e importantes. Mas acreditamos também que há muitos pontos de convergência.

Não temos dúvida da importância fundamental de cotejar nossas hipóteses com os escritos de marxistas prestigiados, bem como, evidentemente, com a própria obra de Marx, de modo detalhado e tomada como um todo. No entanto, o estágio atual de nossas pesquisas não nos permite, ainda, fazer essa análise como ela deve ser feita. Ainda não estudamos suas obras suficientemente para, em primeiro lugar, saber em que pontos elas divergem ou convergem com nossas conclusões e, em segundo lugar, confrontá-las com essas últimas, colocando-as à prova para, ao final, confirmar nossas hipóteses, alterá-las ou, até mesmo, abandoná-las.

Por ora, entretanto, cabe fazermos dois apontamentos.

Em primeiro lugar, com relação à questão da transição para o modo de produção comunista, nossas hipóteses não divergem da proposição de Marx de que “a classe laboriosa substituirá, no curso de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo e não haverá mais poder político propriamente dito, porque o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil” (2004, p. 215). Ou seja, que a sociedade comunista significará a abolição do Estado, da propriedade privada e das divisões de classes. No entanto, nossa elaboração implica, possivelmente, numa ressignificação desses conceitos (e, portanto, redefinição dos caminhos para realizá-los, do caminho da revolução). O Estado capitalista, por exemplo, deve ser visto como um conjunto de arranjos estruturais amplos, no sentido que demos acima; ou seja, tem sua forma determinada pelo modelo de trabalho capitalista, pela função inerente de fazê-lo funcionar (o que implica na absoluta inaptidão para favorecer a criação do modelo de trabalho comunista). E, quanto à abolição da propriedade privada, só pode significar não uma manobra política (qualquer transformação legislativa da forma jurídica do direito de propriedade), mas, sim, em primeiro lugar, a abolição, no âmbito econômico, do processo de apropriação privada dos meios de produção e dos frutos da produção, processo que é, justamente, um fator do que chamamos de modelo de trabalho capitalista. A apropriação privada, a realização da mais-valia, é a decorrência inerente desse modo específico de organizar o trabalho que consiste, nuclearmente, no afastamento dos subordinados do controle por meio da distribuição desigual, quanto ao nível intelectual, das tarefas necessárias ao processo produtivo. Entendemos que esse momento microeconômico tem uma importância descomunal para a configuração geral da sociedade capitalista; mas, nos parece, as tradições anticapitalistas não veem assim. O máximo a que se chega afirmar, nos parece, com relação ao papel da organização do trabalho no processo de transição, é, como Mezáros, que é necessária a criação de um novo modelo que se caracterize pela “plena e igual participação de todos em todos os níveis do processo de tomada de decisão” (2002, p. 869), criação focada, portanto, apenas nas instâncias decisórias do processo produtivo; e que se daria pelas mãos de uma vanguarda intelectual que tenha tomado o poder das estruturas políticas burguesas. Visão, entretanto, que ignora o condicionamento de consciência decorrente do cotidiano de trabalho que determina as mentes tanto dos conduzidos quanto dos condutores: condena ao desinteresse e à passividade as pessoas que apenas executam

tarefas de baixa exigência intelectual, e condena à falta de compreensão, pelos intelectuais que não executam trabalhos manuais, das ideias, anseios e necessidades sentidos e pensados por aqueles que o fazem.

O segundo apontamento sobre essa questão das divergências e convergências, esse mais amplo, é que concordamos com a conclusão de João Bernardo de que, ao longo do tempo, acabaram desenvolvendo-se duas tradições marxistas que não apenas são diferentes, mas contraditórias entre si (2009, p. 407-15). A vasta e rica obra teórica de Marx, como “qualquer doutrina [...], é atravessada pelas contradições que exprimem o campo prático a que se refere” (2009, p. 408), e, em razão dessas contradições, que atravessavam a vida real do homem Karl Marx, ele acabou desenvolvendo teses contraditórias. Que, por sua vez, resultaram em “duas correntes distintas e que se confirmaram como antagônicas” (2009, p. 408).

Essas duas correntes são o **marxismo das forças produtivas** e o **marxismo das relações de produção** (2009, p. 407-15). Sendo essa última a corrente na qual ele se insere, assim como nós.

### O marxismo das forças produtivas

continua e desenvolve aquelas teses em que Marx conferia ao mercado o lugar privilegiado na definição do capitalismo, considerando que só nesse nível o produto adquiriria um caráter social. (...) Aquilo que de mais específico o capitalismo apresentaria foi assimilado ao mercado livre-concorrencial, e o sistema de organização das empresas, as técnicas de gestão, a disciplina da força de trabalho, a maquinaria, embora nascidos e criados no capitalismo, fundamentariam a sua ultrapassagem e conteriam em germe as características do futuro modo de produção (BERNARDO, 2009, p. 408-9).

### Seu equívoco, em síntese, seria deixar de considerar que

a organização das unidades de produção é precisamente a organização da produção e da extorsão da mais-valia e, ao neutralizarem as forças produtivas, essas teses de Marx ocultam o ponto crucial das relações de produção e, portanto, de todo o sistema econômico.” (2009, p. 410-1).

O marxismo das relações de produção, por sua vez, “atribui à mais-valia o lugar central e, portanto, concebe o modo de produção, acima de tudo, como um modo de exploração, definindo-se como seu fundamento dadas relações sociais” (BERNARDO, 2009,

p. 414).

Assumir a existência de uma contradição na obra histórica de Marx não deve causar espanto. Evidentemente, não tem sentido esperar que esse cientista, apesar de genial, era perfeito e tinha todas as respostas. O que merece nosso tempo, portanto, não é olhar para Marx para procurar afirmar o que ele disse ou não disse, mas, sim, olhar para a realidade e, procurando compreendê-la e enfrentar seus problemas, buscar luzes em Marx. Da mesma maneira que não é possível compreender os grandes problemas de nossa sociedade sem recorrer a Marx, não é possível encaixar a totalidade do real em sua obra.

### 3.3 A TERCEIRA RAZÃO: ESTÁ ACONTECENDO – OCUPAÇÕES, EMPRESAS RECUPERADAS E MOVIMENTO AUTÔNOMO

A terceira razão que nos leva a acreditar que o modo de produção comunista só será fabricado a partir de um percurso histórico semelhante ao ocorrido entre os séculos XIV e XVIII é uma hipótese de interpretação histórica da nossa realidade atual. Que, a nosso ver, merece muita atenção: temos motivos para crer que a primeira fase desse percurso, o processo histórico de criação do modelo de trabalho comunista, **está acontecendo neste momento**, tendo **se iniciado** há algumas décadas, no último quarto do Século XX. Ou seja, já há pouco mais de 40 anos.

Vejam-se essas palavras marcantes que foram ditas no ano de 1973, na França: “Nós mostramos que os patrões não são indispensáveis e que os trabalhadores são capazes de organizarem-se, por si só, mesmo na esfera econômica [...]. Não é apenas a gerência da Lip que foi desafiada, mas toda a classe patronal” (MAI, 1973, p. 15). Os responsáveis por essa ousada declaração foram os trabalhadores de uma grande fábrica de relógios francesa, a Lip. Nos anos de 1972-73, a fábrica havia entrado em crise e os patrões ameaçavam atrasar salários e realizar demissões em massa. Então, os trabalhadores da fábrica, que já tinham uma organização altamente sofisticada como coletivo operário, a ocuparam à força e, depois de alguns dias, decidiram começar a colocar as máquinas para funcionar e a vender os relógios produzidos, procurando colocar em prá-



tica uma organização coletiva, sem patrões. Eles escreveram um manifesto da ocupação, para defendê-la e divulgá-la, e aquelas palavras fazem parte dele. A história da ocupação da Lip, pelas características que teve, apesar de ter durado poucos meses, teve grande repercussão e chamou a atenção de operários e acadêmicos do mundo todo. A luta desses operários “foi tão entusiasmante, na época, que cerca de 700 empresas foram tomadas pelos seus trabalhadores por efeito do exemplo dos trabalhadores da Lip” (SINGER, 1999, p. 25). No entanto, mais do que isso, ela pode ser considerada o marco histórico de um fenômeno importante surgido no final do Século XX.

Segundo muitos observadores, João Bernardo entre eles, nesse final de século XX floresceram, dos conflitos entre operários e patrões, formas de luta com um novo caráter, em que os trabalhadores deixaram de confiar a direção de seus passos às tradicionais instituições de representação operária, sindicatos ou partidos, para organizarem-se autonomamente no próprio local de trabalho (BERNARDO, 1999, p. 40), em um movimento que ficou conhecido pelo nome de “movimento autônomo” (BERNARDO, 2000, p. 26-8). Essas novas lutas protagonizadas pelos membros da classe trabalhadora correspondem a um novo momento da história da luta de classes, a ponto de João Bernardo concluir que se trata do início de um novo ciclo histórico, um “novo grande ciclo [...] em que o tema básico é a gestão e o controle” (BERNARDO, 1999, p. 40-42).

Nossas pesquisas acerca do fenômeno de tomada de empresas por trabalhadores convergem com essa análise. A prática de ocupar empresas não é recente. Na verdade, ela surgiu com o nascimento do movimento operário, logo após a consolidação do sistema social capitalista, no século XIX (chamando a atenção de observadores importantes como Engels e Jonh Stuart Mill) e, desde então, se repetiu em muitas outras ocasiões, neste período de quase dois séculos (URIAS, 2014, p. 8). No entanto, nos outros momentos históricos, elas tiveram existência curta (poucos meses, ou, até mesmo, dias), e ocorreram de maneira esparsa e isolada. As ocupações tinham, na verdade, um escopo negocial; seu sentido de ser era elevar a outro nível a pressão exercida por uma greve ou um protesto. Isso mudou, entretanto, nas últimas quatro ou cinco décadas.

A ideia de tomar a empresa em caso de crise cresceu e espalhou-se pelo mundo. Já ocorreram muitas ocupações, sempre aumentando em número e intensidade nos pe-

ríodos de crise (que necessariamente chegam, pois as crises são cíclicas e estruturais). Nos anos 80, ficou conhecida a ocupação, no Canadá, da empresa *British Columbia Telephone Company*, iniciada em 1981. Nas décadas de 1990 e 2010, em resposta à crise neoliberal, uma grande explosão de ocupações estourou na América Latina, com ocupações no Brasil, Argentina e Uruguai (NOVAES, 2007, p. 84), de modo que parte significativa dessas empresas está funcionando sob controle operário até hoje (HENRIQUES *et al.*, 2013, p. 49-55). Depois da virada do século,

[...] no plano mundial, com a sucessão e o aprofundamento das crises econômicas a partir de 2001, o que se percebe é o surgimento de experiências de recuperação de empresas pelos trabalhadores em diversos países, como por exemplo na Espanha, Grécia, Indonésia, Canadá, Irlanda, Sérvia, Egito, Tailândia, Paraguai, México, Bolívia e nos Estados Unidos, para além das múltiplas iniciativas em curso na Argentina, Venezuela e Uruguai (DAGNINO & NOVAES, 2013, p. 205).

Já nesta década de 2010, os dois casos mais relevantes que conhecemos são o da *New Era Windows Cooperative*, nos EUA, fábrica de produtos de vidro que, vítima da crise financeira de 2008, foi ocupada e retomou sua produção em maio de 2013 sob o controle operário (NEW ERA WINDOWS COOPERATIVE, 2013), e o da *Vio.Me.*, na Grécia, fábrica de materiais para construção que foi ocupada após entrar em crise, em 2010, e religou suas máquinas em fevereiro de 2013 (OPEN INITIATIVE OF SOLIDARITY AND SUPPORT, 2013). E, hoje, esse fenômeno tem presença forte nos países da América Latina. Atualmente, apenas na Argentina funcionam 205 empresas que foram, há 5, 10 ou 20 anos, tomadas por seus trabalhadores (RUGGERI, 2010, p. 11). No Brasil, são 67 (HENRIQUES *et al.*, 2013, p. 39).

Vale notar que este consistente movimento gerou e está gerando, também, reflexos no plano cultural, no plano dos meios de comunicação, no plano científico e no plano jurídico. Sobre as ocupações já foram feitos muitos filmes (destaque para *The Take*, 2004), escritos inúmeros livros em muitos países, há portais de notícias atualizados habitualmente (com destaque para <[www.workerscontrol.net](http://www.workerscontrol.net)>, fundado pelos professores Azzellini [Áustria], Hoffrogge [Alemanha] e Tuckman [Reino Unido]); e, em alguns países, como Argentina, Uruguai e Itália, os recuperadores lograram conquistas importantes junto ao poder público, com a aprovação de leis e a realização de políticas públicas específicas (URIAS, 2014, p. 12-13). Observe-se que esses reflexos em planos não econômicos,

ao mesmo tempo que são reações ao fenômeno das empresas recuperadas (se não existisse nenhuma empresa recuperada ninguém editaria uma lei para regular seus conflitos, nem escreveria um livro sobre o assunto), também o afetam e contribuem para que ele se movimente. Num movimento dialético de afetações recíprocas. Por isso, é interessante conjecturar que eles podem consistir nos primeiros rudimentos de um movimento histórico de criação dos arranjos superestruturais mais amplos do modo de produção comunista.

Por essas razões, em síntese, podemos afirmar que "desde 1973, o fenômeno da recuperação de fábricas se tornou perene" (URIAS, 2014, p. 13). E podemos afirmar, também, que apesar de, provavelmente, a maioria das ERTs em funcionamento hoje estarem isoladas e serem instáveis, estamos, neste momento de nossa história, presenciando um desenvolvimento desse movimento, com ocupações cada vez mais longas e sofisticadas, e com a criação de organizações e redes que as unem e fortalecem.

Então, acreditamos que não se pode negar que estamos diante de um movimento histórico.

No entanto, note-se: não estamos querendo dizer, é evidente, que nessas experiências se pratica o modelo de trabalho comunista. Nem, muito menos, que ele já existe.

Acreditamos que dentro de cada microexperiência de recuperação economicamente bem sucedida, os trabalhadores podem realizar uma de duas coisas: reproduzir a organização produtiva capitalista e suas respectivas relações sociais, com um modelo baseado na fragmentação de tarefas com uma divisão desigual do trabalho feita para afastamento dos trabalhadores do controle do processo produtivo global; ou tentar trabalhar de um modo diferente, que também funcione (ou seja, também produza produto que a empresa deve produzir), mas que seja mais coletivo, mais igualitário, com membros mais ativos, com os operários procurando se posicionarem também como gestores e responsáveis por funções intelectuais.

Como a tarefa de criar esse novo modelo não tem nada de fácil (pelo contrário, é extremamente complexa), não temos dúvida de que, hoje, a maciça maioria dessas experiências está reproduzindo as relações produtivas capitalistas, com os líderes ope-

rários na função de gestores-patrões<sup>9</sup>. Talvez, todas estejam nessa situação. Por outro lado, em muitas delas, há grande **vontade** de se realizar algo novo, de transformar as estruturas<sup>10</sup>. Esse desejo de “fazer algo novo” existe nessas experiências, é visível para qualquer um que olhe. E é possível entender porque: a ocupação é sempre um momento decisivo e marcante de um processo de luta. Os operários sofreram juntos, tiveram medo juntos, tiveram coragem juntos. Se uniram, se apoiaram, se rebelaram. Há paixão. É todo um processo batalhado em igualdade, todos passam por ele unidos e iguais, pois a união e a igualdade, a lealdade recíproca, é um pressuposto de êxito da luta operária. Quando, após tudo, chega o momento mais rebelde, amedrontador e excitante, aquele de ligar as máquinas sem autorização do patrão, querem continuar juntos e iguais. A igualdade vivida e construída na luta deixa marcas. Esse desejo coletivo, unido ao cotidiano das práticas criativas dos trabalhadores na peleja por realizar a produção e sustentar a si e a suas famílias, é um **contexto fértil** para que seja criado um protótipo da nova organização produtiva, no nível microeconômico.

Pode ser interessante, para efeito de comparação histórica, fazer o seguinte exercício de imaginação. Como já dissemos, há muito tempo, por volta do ano de 1350, atividades organizadas segundo o modelo de trabalho capitalista começaram a ser comuns (MANTOUX, 2002, p. 10) (MARX, 2013, p. 787). Era um momento inicial da criação do modo de produção capitalista nesse nível microeconômico. Naqueles dias, não havia um modelo consolidado. Não existia nenhum estudo sistematizado sobre como um empresário deveria organizar sua empresa para garantir seu funcionamento. Na verdade, isso só aconteceu mais de seiscentos anos depois, com Taylor. Se, num belo dia desses anos do Século XIV, em algum vilarejo na Inglaterra, alguém, vendo um de seus amigos enriquecer após ter aberto uma oficina manufatureira e desejando fazer o mesmo, perguntasse para ele: “Como eu devo organizar a minha oficina?”. Qual seria a resposta?

Então, as empresas recuperadas representam, mesmo, alguma ameaça para o sistema? Há um fato interessante que ocorreu na história da ocupação da Lip que mostra que essa é a visão, talvez, dos próprios empresários capitalistas. Veja-se, a ocupação da

---

9 Isso é mostrado, para as experiências brasileiras, no mapeamento publicado em 2013 (HENRIQUES, 2013, p. 70-83 e 103-132).

10 Vemos, também, a existência dessa vontade no mapeamento; no fato, por exemplo, de que 97% das empresas se declaram autogestionárias e 66% realizam reuniões assembleares com frequência (HENRIQUES, 2013, p. 116 e 200-1).

Lip, apesar de ser digna de atenção, foi, na prática, apenas uma experiência curta, sem grandes efeitos práticos de longo prazo para a vida daqueles operários, que continuaram trabalhando na mesma fábrica, do mesmo modo anterior, após o fim da ocupação. Ainda assim, assustou o patronato local num nível inesperado. Veja-se o que um deles escreveu numa revista patronal, à época:

[...] a sociedade francesa, como é concebida pelo governo e pelas classes dominantes, raramente foi tão ameaçada em seus princípios como agora, em razão do caso Lip. [...] Calmamente, e sem nenhum grande tumulto, [o caso Lip] está negando ou transformando os direitos de propriedade [...], e está fazendo tudo isso com o suporte moral de grande parte da população (MAI, 1973, p. 15).

Os empresários sabem – às vezes, mais do que os teóricos de esquerda – onde está realmente a fonte de seu poder. Movimentos sindicais e greves são combatidos porque atrapalham e reduzem os lucros e a acumulação de capital. Mas tomadas operárias, se tiverem êxito segundo novos princípios, eliminam a sua possibilidade. Então, é justificado crer no potencial desse movimento. Essas são as razões, portanto, que nos levam à nossa última hipótese: estamos presenciando os primeiros rudimentos do início da primeira fase do percurso histórico bifásico de criação do modo de produção comunista.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESUMO DE NOSSAS HIPÓTESES

Uma análise dos fatos históricos ocorridos nos séculos anteriores à consolidação do modo de produção capitalista, no final do Século XVIII, nos leva a crer na hipótese de que seu surgimento e consolidação foi resultado de um **percurso histórico longo que teve duas fases centenárias**, percurso cujos movimentos podem ser qualificados como movimentos de **fabricação**, pois se desenvolveram a partir de ações mais ou menos conscientes de membros da classe capitalista realizadas com a intencionalidade de criar novas estruturas.

Na primeira fase, que aconteceu aproximadamente entre os anos de 1350 e 1500 – durou, portanto, cerca de **150 anos** – os movimentos se deram eminentemente no **nível microeconômico** e criou-se o **modelo de trabalho capitalista**, com sua organização baseada nos princípios da fragmentação, afastamento, dependência, dominação. Em

síntese, fragmentação de tarefas elaborada com o objetivo de dividir o trabalho desigualmente para afastar os assalariados das atividades intelectuais ligadas ao controle do processo, de modo que esses se tornem dependentes do empresário/gestor, e, assim, esse último domine o processo e os próprios assalariados. Base organizacional do que, depois, nas mãos de Arkwright e com a inclusão de uma máquina motriz, foi denominado como sistema fabril (*factory system*). A fase histórica que se seguiu e terminou no final do Século XVIII (durou, portanto, cerca de **300 anos**) caracterizou-se pela execução, pelos capitalistas organizados em classe, de movimentos em **níveis mais amplos**., movimentos de criação de **arranjos estruturais**. Entre esses movimentos houveram dois de importância crucial, pilares fundamentais do sistema, que foram construídos para fazer frente ao problema de como forçar a produtividade do trabalho assalariado, enfrentado pelos capitalistas na época em razão da insubordinação derivada da falta de motivação para trabalhar inerente ao trabalho assalariado: a **superpopulação relativa** e o **sistema escolar submetizante**.

A partir dessas formulações que compõem a primeira hipótese, em conjunto com uma análise dos fatos históricos ocorridos desde a consolidação do modo de produção capitalista até os dias atuais, defendemos a outra hipótese – essa, uma hipótese prospectiva, pois se volta para o futuro. O **modo de produção comunista** surgirá e se consolidará, também, a partir de um **percurso histórico semelhante**: primeiro, a criação e estabilização, no **nível microeconômico**, de um modelo de trabalho comunista (que também terá seu tempo histórico para acontecer) e, a partir dele, a criação e consolidação, em um nível mais amplo (econômico, político, social) dos **pressupostos estruturais** de funcionamento do novo sistema social, seus próprios **arranjos estruturais** (fase que também tomará seu tempo histórico). E, da mesma maneira que o modo capitalista, esse percurso só se desenvolverá a partir de movimentos mais ou menos conscientes de determinados grupos humanos – no caso, membros da classe trabalhadora que se proponham auto-organizar-se no nível do trabalho de forma coletiva, ativa e igualitária – realizados com a intencionalidade de criar novas estruturas. As três razões que justificam a defesa dessa hipótese são as seguintes. Primeiro, o surgimento de um novo modo de produção será resultado de um processo que demandará **tempo** e cujo desenvolvimento dependerá de **ações mais ou menos conscientes**. Segundo, os movimentos da transição para o modo de produção comunista só poderão ser realizados por **pessoas que estejam vivendo, já,**

no nível microeconômico (nível do trabalho), o **modelo de trabalho comunista**. Isso porque o funcionamento global da sociedade é condicionado pelos processos e estruturas que se dão no campo da produção, e, nesse campo, há uma **relação de determinação que, em última instância, vai do micro ao macro**. Terceiro, observando o desenvolvimento do fenômeno da **recuperação de empresas por trabalhadores**, que se insere no movimento autônomo e se tornou perene desde o último quarto do Século XX, temos motivos para crer que estamos **presenciando** os primeiros rudimentos do percurso histórico bifásico de **criação do modo de produção comunista**.

## 5 REFERÊNCIAS

AZZELLINI, Dario; NESS, Immanuel (org.). **Ours to Master and to Own: Workers Control from the Commune to the Present**. Chicago, IL: Haymarket Books, 2011.

BERNARDO, João. Autogestão e socialismo. Democracia e autogestão. **Temporales** / Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. v. 1. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1999, p. 33-42.

\_\_\_\_\_. **Economia dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BITTAR, Marisa. **História da educação**: da antiguidade à época contemporânea. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique Tahan. **Prefácio**. In: HENRIQUES *et al.* **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

DEANE, Phyllis. **A revolução industrial**. 4. ed. Trad. Meton Porto Gadelha e Cristina Barczinski. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

DIEESE **Salário mínimo necessário**. Dezembro de 2014. <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 10/02/2017. 2014.

HENRIQUES, Flávio Chedid et al. **Empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

IBGE. **Tabela 1.5.4 B - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução harmonizado**, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação do Censo IBGE. Resultados Gerais da Amostra 2010 <<http://www.ibge.gov.br/home/>



presidencia/noticias/imprensa/ppts/ 00000008554604202012465027293569. xls>. Acesso em 01/04/2015. 2010.

IPEA. **Renda mensal média per capita**. Ano de 2014 <www.ipeadata.gov.br>, guia "Social", tema "Renda". Acesso em 10/02/2017. 2014.

MAI, Cahiers de. **The Lip Watch Strike. Radical America**, vol. 7, n. 6, November-December 1973. Massachusetts-EUA, 1973, p. 1-18.

MANTOUX, Paul. **A revolução industrial no século XVIII**. Estudos sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. Trad. Sonia Rangel. São Paulo: UNESP/Hucitec, 2002.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEW ERA WINDOWS COOPERATIVE. **Our story**. Disponível em: < <http://www.newerawindows.com/about-us/our-story> >. Acesso em: 19/11/2013.

NOVAES, Henrique Tahan. De Tsunami a marola: uma breve história das Fábricas Recuperadas na América Latina. **Revista Lutas & Resistências** / publicação do Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – n.2, p. 84-97, 1º semestre de 2007.

OPEN INITIATIVE OF SOLIDARITY AND SUPPORT. **The factory of Vio.Me (Industrial Mineral) starts production under workers' control!** Fevereiro de 2013. Disponível em: < <http://www.viome.org/2013/02/the-factory-of-viome-industrial-mineral.html> >. Acesso em: 18/11/2013.

RIOUX, Jean Pierre. **A revolução industrial**: 1780-1880. Trad. Waldirio Bulgarelli. São Paulo: Pioneira, 1975.

RUGGERI, Andrés. **Las empresas recuperadas em la Argentina**: informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas por sus trabajadores. Con la colaboración de Natalia Polti y Javier Antivero. 1. ed. Buenos Aires: Cooperativa Chilavert Artes Gráficas,



2011.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: **Temporaes** / Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. v. 1. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1999, p. 23-32.

\_\_\_\_\_. **Aprender economia**. 24.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SINGMAN, Jeffrey L. **Daily Life in Medieval Europe**. Westport, CT: Greenwood Press, 1999.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**, volume 2. Trad. Alexandre Amaral Rodrigues, Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

URIAS, João. Empresas operárias no século XXI: seis hipóteses para a superação do capitalismo e construção do socialismo. **Anais do III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento da UNITAU**. UNITAU: Taubaté, 2014. Disponível em: < [http://www.unitau.br/files/arquivos/category\\_154/MCH1381\\_1427389884.pdf](http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MCH1381_1427389884.pdf)>. Acesso em: 05/10/2015.



REVICE - Revista de Ciências do Estado  
ISSN: 2525-8036  
v2.n.1 JAN-JUL.2017  
Periodicidade: Semestral

seer.ufmg.br/index.php/revice  
revistadece@gmail.com

SANTOS FILHO, João Diogo Urias dos. Utopia no chão de fábrica: ensaio sobre a fabricação de um modo de produção.  
Data de submissão: 17/02/2017 | Data de aprovação: 20/03/2017

A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como citar este artigo:  
SANTOS FILHO, João Diogo Urias dos. Utopia no chão de fábrica: ensaio sobre a fabricação de um modo de produção. In: **Revice** - Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. 60-100, jan./jul. 2017.

---